

Antes de imprimir este relatório, verifique se é realmente necessário. Desperdício não combina com meio ambiente.

Espelho do Órgão

Os dados deste relatório referem-se a seguinte seleção de filtros:

Momento: Momento Atual

Órgão(s): 11000

Momento do Programa: Atual

Momento da Ação: Atual

Mostrar Programas: Sim

Mostrar Objetivos: Não

Mostrar Iniciativas: Não

Mostrar Financiamentos Extra-Orçamentários: Não

Mostrar Medidas Institucionais, Normativas e Outras: Não

Mostrar Indicadores: Não

Mostrar Ações: Sim

Mostrar Planos Orçamentários: Sim

Mostrar Localizadores: Sim

Mostrar Notas do Usuário: Sim



Programa

0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

Momento do Programa **Análise de Vetos**

Problema

Tipo de Programa **Gestão e Manutenção**

Ação Orçamentária - Padronizada da União

0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União

Momento da ação **Lei+Créditos**

Programa **0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**

Objetivo

Iniciativa

Unidade Orçamentária Responsável **11101 - Superior Tribunal de Justiça**

Esfera **20 - Orçamento da Seguridade Social**

Função **09 - Previdência Social**

SubFunção **272 - Previdência do Regime Estatutário**

Unidade Responsável

Tipo de ação **Operações Especiais**

Tipo de Operação Especial **Pagamento de aposentadorias e pensões.**

Origem **PLOA**

Item de Mensuração

Unidade de Medida

Base legal

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Descrição

Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico **Não** Regionalização na Execução **Sim**

Beneficiário

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social **Não**

Plano Orçamentário

0000 - Aposentadorias e Pensões Civis da União

Caracterização

Unidade Medida

Produto

Localizador **5664 - Em Brasília - DF**

Custo Total **Total Físico** Início do Localizador **Término do Localizador**

Abrangência Geográfica

Região **Estado** Município

Região Centro-Oeste **Distrito Federal** **Brasília**



Ação Orçamentária - Padronizada da União

09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Momento da ação **Lei+Créditos**

Programa **0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**

Objetivo

Iniciativa

Unidade Orçamentária Responsável **11101 - Superior Tribunal de Justiça**

Esfera **10 - Orçamento Fiscal**

Função **02 - Judiciária**

SubFunção **846 - Outros Encargos Especiais**

Unidade Responsável

Tipo de ação **Operações Especiais**

Tipo de Operação Especial **Contribuição patronal da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.**

Origem **PLOA**

Item de Mensuração

Unidade de Medida

Base legal
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

Descrição
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Especificação do Item de Mensuração

| | | | |
|----------------------------|------------|----------------------------|------------|
| Ação de Insumo Estratégico | Não | Regionalização na Execução | Sim |
|----------------------------|------------|----------------------------|------------|

Beneficiário

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social **Não**

Plano Orçamentário

0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Caracterização

Unidade Medida

Produto

Localizador **5664 - Em Brasília - DF**

Custo Total

Total Físico

Início do Localizador

Término do Localizador

Abrangência Geográfica

Região

Estado

Município

Região **Centro-Oeste**

Distrito Federal

Brasília



14PU - Construção do Bloco G da Sede do STJ

Momento da ação Lei+Créditos
Programa 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário
Objetivo
Iniciativa
Unidade Orçamentária Responsável 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Esfera 10 - Orçamento Fiscal
Função 02 - Judiciária
SubFunção 122 - Administração Geral
Unidade Responsável Superior Tribunal de Justiça
Tipo de ação Projeto
Origem PLOA
Produto Prédio construído
Unidade de Medida percentual de execução física

Base legal

Artigos 99 e 105 da Constituição Federal

Descrição

Construção de edificação para ampliar as áreas úteis de trabalho no Superior Tribunal de Justiça.

Especificação do Produto

Edifício construído com aproximadamente 6.891,32 metros quadrados de área total, estruturado com concreto armado e fechamento em alvenaria e esquadrias, composto de 5 pavimentos, sendo subsolo de garagem, pilotis e 03 pavimentos-tipo.

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Magistrados, Servidores, demais colaboradores.

Tipo de implementação Direta

Implementação da Ação

O projeto de arquitetura foi elaborado pelo Escritório de Arquitetura Oscar Niemeyer S/C Ltda e, uma vez revalidada a aprovação pela Adm. Regional do Plano Piloto/GDF, será complementado pelos projetos de instalações prediais, sondagens, fundações e de cálculo estrutural. Posteriormente a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do STJ elaborará o projeto básico, composto de especificações e orçamento da obra, necessários para a fase de licitação visando a contratação de empreiteira responsável pelas obras de construção da referida edificação

Participação social Não

Início da Ação 01/08/2023 Término da Ação 31/12/2026

Plano Orçamentário

0000 - Construção do Bloco G da Sede do STJ

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|-------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| 27.000.000 | 100 | 01/08/2023 | 31/12/2026 |

Abrangência Geográfica

| Região | Estado | Município |
|---------------------|------------------|-----------|
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília |

Notas de usuário para este Localizador

Data 07/07/2023

Notas de usuário Ajuste de cronograma para adequação ao PPA 2024/2027.



157T - Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Momento da ação Lei+Créditos
Programa 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário
Objetivo
Iniciativa
Unidade Orçamentária Responsável 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Esfera 10 - Orçamento Fiscal
Função 02 - Judiciária
SubFunção 122 - Administração Geral
Unidade Responsável Superior Tribunal de Justiça
Tipo de ação Projeto
Origem PLOA
Produto Edifício construído
Unidade de Medida percentual de execução física

Base legal

Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

Descrição

Construção de edifício-sede destinada à disponibilização da adequada infraestrutura para o desenvolvimento das atividades da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, visto que, atualmente, a Escola desenvolve suas atividades em área cedida pelo Conselho da Justiça Federal - CJF. A edificação será composta de salas para atividades administrativas, salas de aula, salas de reunião, gabinetes, auditório e estacionamento.

Especificação do Produto

Edifício construído com aproximadamente 12.010,20 m² de área total, estruturado em alvenaria e concreto.

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Magistrados, servidores e sociedade.

Tipo de implementação Direta

Implementação da Ação

A edificação será construída em terreno já disponibilizado a ENFAM pela Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, localizado no Lote 07, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCE/S - Brasília, cujo projeto prevê a incorporação de elementos e técnicas construtivas que permitirão, ao mesmo tempo, uma construção econômica, limpa e sustentável, bem como seguindo as linhas da arquitetura moderna que estão presentes na cidade. A edificação será composta de um bloco principal com quatro pavimentos (subsolo, térreo e dois pavimentos superiores) com 10.641m²; um bloco de auditório em pavimento único, com 1.124,84m²; uma passarela de ligação com 154,73 m²; guarita com 89,63 m²; todos construídos em alvenaria com estrutura de concreto, totalizando uma área de 12.010,20 m² a serem executados em um terreno de 20.520 m².

Participação social Não

Início da Ação 01/08/2023 Término da Ação 31/12/2027

Plano Orçamentário

0000 - Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|-------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| 40.000.000 | 100 | 01/08/2023 | 31/12/2027 |

Abrangência Geográfica

| Região | Estado | Município |
|---------------------|------------------|-----------|
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília |



157T - Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Notas de usuário para este Localizador

Data 07/07/2023

Notas de usuário Ajuste de cronograma para adequação ao PPA 2024/2027.



15SY - Construção do Edifício-Sede do CEFOR

| | |
|----------------------------------|--|
| Momento da ação | Lei+Créditos |
| Programa | 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário |
| Objetivo | |
| Iniciativa | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça |
| Esfera | 10 - Orçamento Fiscal |
| Função | 02 - Judiciária |
| SubFunção | 122 - Administração Geral |
| Unidade Responsável | Superior Tribunal de Justiça |
| Tipo de ação | Projeto |
| Origem | PLOA |
| Produto | Edifício construído |
| Unidade de Medida | percentual de execução física |

Base legal

Constituição Federal, art. 39, § 2º

Descrição

Construção de edifício-sede do Centro de Formação e Gestão Judiciária - CEFOR, com aproximadamente 3.000,00 m² de área total.

Especificação do Produto

Edifício construído com aproximadamente 3.000,00 m² de área total, executado em alvenaria de tijolos furados, estrutura de concreto armado, esquadrias de alumínio natural e laje com cobertura impermeabilizada.

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Magistrados, servidores e seus dependentes diretos.

Tipo de implementação Direta

Implementação da Ação

A edificação será construída em terreno já disponibilizado ao STJ pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU do Ministério da Economia no Lote 1/1B do Trecho 1 do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCE/S - Brasília-DF, cujo projeto prevê a incorporação de elementos e técnicas construtivas que permitirão uma construção econômica, limpa e sustentável, bem como seguindo as linhas da arquitetura moderna que estão presentes na cidade. A edificação será composta de um único bloco com dois pavimentos (térreo e pavimento superior) com 3.000m² de área construída, além de uma Portaria com 168,00 m² e estacionamento interno com capacidade total de 95 vagas. A serem executados em alvenaria de tijolos furados, estrutura de concreto armado, esquadrias de alumínio natural e laje com cobertura impermeabilizada em um terreno de aproximadamente 19.000m².

Participação social Não

Início da Ação 01/08/2023 Término da Ação 31/12/2025

Plano Orçamentário

0000 - Construção do Edifício-Sede do CEFOR

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|-------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| 9.000.000 | 100 | 01/08/2023 | 31/12/2025 |

Abrangência Geográfica

| Região | Estado | Município |
|---------------------|------------------|-----------|
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília |

Notas de usuário para este Localizador



15SY - Construção do Edifício-Sede do CEFOR

Data 07/07/2023

Notas de usuário Ajuste de cronograma para adequação ao PPA 2024/2027.



Ação Orçamentária - Padronizada da União

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Momento da ação Lei+Créditos
Programa 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário
Objetivo
Iniciativa
Unidade Orçamentária Responsável 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Esfera 10 - Orçamento Fiscal
Função 02 - Judiciária
SubFunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Unidade Responsável
Tipo de ação Atividade
Origem PLOA
Produto
Unidade de Medida

Base legal

- Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 206-A, 230 - geral; Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 - para exames periódicos; acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; demais legislações específicas; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea e), e art. 50-A - para assistência médica aos militares; Lei nº 13.954, de 16 de novembro de 2019, Art. 13, Inciso II; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 25 - para contribuição própria dos militares; e Decreto nº 92.512, de 02 de abril 1986 - tanto para assistência médica quanto para respectivas contribuições dos militares; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei 10.486, de 04 de julho de 2002, arts. 32 e 65 e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, arts. 99 e 100.

Descrição

Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Especificação do Produto

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Servidores, empregados e seus dependentes.

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social Não

Plano Orçamentário

0000 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

0001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União

Caracterização

Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exceto pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Unidade Medida Produto



Ação Orçamentária - Padronizada da União

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Plano Orçamentário

0002 - Exames Periódicos - Civis

Caracterização

Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão, com o objetivo de proporcionar condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Unidade Medida

Produto

Plano Orçamentário

0080 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Reserva

Caracterização

Centralização de recursos orçamentários para o pagamento de despesas decorrentes de assistência médica e odontológica aos servidores civis, militares, empregados e seus dependentes. Trata-se de PO que visa tão somente a centralização de recursos orçamentários, para posterior transferência às diversas unidades orçamentárias do órgão, via crédito adicional, não se constituindo em PO para fins de execução orçamentária e financeira.

Unidade Medida

Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

Custo Total

Total Físico

Início do Localizador

Término do Localizador

Abrangência Geográfica

Região

Estado

Município

Região Centro-Oeste

Distrito Federal

Brasília



20G2 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

| | |
|----------------------------------|--|
| Momento da ação | Lei+Créditos |
| Programa | 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário |
| Objetivo | |
| Iniciativa | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça |
| Esfera | 10 - Orçamento Fiscal |
| Função | 02 - Judiciária |
| SubFunção | 128 - Formação de Recursos Humanos |
| Unidade Responsável | Superior Tribunal de Justiça |
| Tipo de ação | Atividade |
| Origem | PLOA |
| Produto | Magistrado capacitado |
| Unidade de Medida | unidade |

Base legal

Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

Descrição

Oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados, qualificação de instrutores, acompanhamento de cursos oficiais credenciados, produção e edição de publicações para disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas e realização de intercâmbio e estudos para subsidiar as diretrizes básicas para a formação e aperfeiçoamento de juizes, com vistas a proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

Especificação do Produto

Magistrados com qualificação necessária ao cumprimento de suas atribuições constitucionais.

| | | | |
|----------------------------|-----|----------------------------|-----|
| Ação de Insumo Estratégico | Não | Regionalização na Execução | Sim |
|----------------------------|-----|----------------------------|-----|

Beneficiário

Magistrados

| | |
|-----------------------|--------|
| Tipo de implementação | Direta |
|-----------------------|--------|

Implementação da Ação

A ação será implementada mediante a oferta de cursos oficiais de formação e aperfeiçoamento de magistrados, relativos aos programas de formação inicial, continuada e de formadores, o credenciamento e a fiscalização de cursos oficiais realizados pelas escolas judiciais e de magistratura, com vistas ao ingresso e a promoção na carreira, o intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou subsidiar as diretrizes básicas para a formação e aperfeiçoamento de juizes, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico; e promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas. Engloba, ainda, a contratação de profissionais ou empresas para prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos necessários à realização de cursos e eventos, despesas com viagens e locomoção, aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins, material de consumo e permanente e demais atividades que contribuam diretamente à gestão do programa.

| | |
|---------------------|-----|
| Participação social | Não |
|---------------------|-----|

Plano Orçamentário

0000 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Despesas Diversas

Caracterização

| | |
|----------------|---------|
| Unidade Medida | Produto |
|----------------|---------|

Plano Orçamentário

0001 - Formação de magistrados

Caracterização

Oferecimento de cursos de formação e aperfeiçoamento para magistrados, qualificação de instrutores, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, com vistas a proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

| | | | |
|----------------|---------|---------|-----------------------|
| Unidade Medida | unidade | Produto | Magistrado capacitado |
|----------------|---------|---------|-----------------------|



20G2 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Plano Orçamentário

0002 - Regulação e supervisão de cursos e escolas ou instituições

Caracterização

Regulamentação, reconhecimento de escolas e instituições, credenciamento e fiscalização de cursos de formação inicial e continuada para fins de ingresso, promoção e vitaliciamento de magistrados elaborados pelas escolas de magistratura estaduais e federais, com o intuito de manter o alinhamento e o cumprimento das diretrizes pedagógicas da Enfam. Reconhecimento de escolas de magistratura federais ou estaduais ou instituições.

Unidade Medida unidade Produto Ato regulatório publicado

Plano Orçamentário

0003 - Apoio a estudos e pesquisas

Caracterização

Apoio e fomento a estudos, pesquisas, projetos, publicações e a troca de informação e conteúdo por meio de parcerias e cooperação judiciária entre o sistema de educação judicial (escolas federais e estaduais), o Conselho Nacional de Justiça, universidades e centros de estudos judiciais nacionais e internacionais, com foco na formação e aperfeiçoamento dos magistrados, e no intuito de apoiar a produção e disseminação de conhecimento para aprimoramento do Judiciário, na busca de uma Justiça em sintonia com a demanda social.

Unidade Medida unidade Produto Estudo apoiado

Plano Orçamentário

0004 - Exame Nacional da Magistratura

Caracterização

Realização de certame para habilitar pessoas interessadas em participar dos concursos públicos para magistratura, como fase obrigatória a partir da publicação da Resolução CNJ 531, de 14 de novembro de 2023. A Resolução CNJ n. 531, de 14 de novembro de 2023, institui o Exame Nacional da Magistratura, conferindo à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento as atribuições de regulamentação, organização e realização do exame. O Exame Nacional da Magistratura - ENAM consiste em uma habilitação, obtida mediante prévio processo seletivo nacional e unificado, como pré-requisito para inscrição em concursos da magistratura promovidos pelos tribunais regionais federais, pelos tribunais do trabalho, pelos tribunais militares e pelos tribunais dos estados e do Distrito Federal e dos territórios. O benefício precípua com a realização do exame está na busca de um processo seletivo que valorize o raciocínio, a resolução de problemas e a vocação para a magistratura, mais do que a mera memorização de conteúdos, com a finalidade de democratizar o acesso à carreira da magistratura, tornando-a mais diversa e representativa.

Unidade Medida unidade Produto Pessoa avaliada

Localizador 0001 - Nacional

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|------------------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| Abrangência Geográfica | | | |
| Região | Estado | Município | |
| Nacional | - | - | |



Ação Orçamentária - Padronizada da União

20TP - Ativos Cíveis da União

Momento da ação **Lei+Créditos**
 Programa **0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**
 Objetivo
 Iniciativa
 Unidade Orçamentária Responsável **11101 - Superior Tribunal de Justiça**
 Esfera **10 - Orçamento Fiscal**
 Função **02 - Judiciária**
 SubFunção **122 - Administração Geral**

Unidade Responsável

Tipo de ação **Atividade**

Origem **PLOA**

Produto

Unidade de Medida

Base legal

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Descrição

Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos, civis, incluindo os vinculados as forças armadas, aos ex-territórios e ao antigo Estado da Guanabara.

Especificação do Produto

| | | | |
|----------------------------|------------|----------------------------|------------|
| Ação de Insumo Estratégico | Não | Regionalização na Execução | Sim |
|----------------------------|------------|----------------------------|------------|

Beneficiário

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social **Não**

Plano Orçamentário

0000 - Ativos Cíveis da União

Caracterização

| | |
|----------------|----------------|
| Unidade Medida | Produto |
|----------------|----------------|

Localizador **5664 - Em Brasília - DF**

| | | | |
|-------------|---------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|-------------|---------------------|------------------------------|-------------------------------|

Abrangência Geográfica

| | | |
|--------|---------------|------------------|
| Região | Estado | Município |
|--------|---------------|------------------|

| | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------|
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília |
|----------------------------|-------------------------|-----------------|

**Ação Orçamentária - Padronizada da União****212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**

| | |
|---|--|
| Momento da ação | Lei+Créditos |
| Programa | 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário |
| Objetivo | |
| Iniciativa | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça |
| Esfera | 10 - Orçamento Fiscal |
| Função | 02 - Judiciária |
| SubFunção | 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador |
| Unidade Responsável | |
| Tipo de ação | Atividade |
| Origem | PLOA |
| Produto | |
| Unidade de Medida | |

Base legal

Para todos os benefícios obrigatórios: Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo que contempla as despesas que não estão sujeitas à limitação de empenho, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Auxílio-Alimentação: - Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, art. 22 - geral; e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea g; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, alínea e, art. 3º, inciso XIII e Anexo IV, Tabela III; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, Seção V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea e, art. 3º, Inciso XIII, art. 65, Anexo IV, Tabela III. Auxílio-Transporte: - Servidores civis e empregados públicos: Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 (geral); - Militares das Forças Armadas: Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, inciso X; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, X, e art. 65. Assistência Pré-Escolar: - Geral: Constituição Federal de 1988 art. 7º, inciso XXV; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV; - Servidores civis: Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993; - Empregados públicos: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 389, §§ 1º e 2º, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea b; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea a, art. 3º, X, e art. 65. Auxílios funeral e natalidade: - Servidores civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 196 e 226; - Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea f; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas f e h, art. 3º, Incisos XIV e XVI, e Anexo IV, Tabelas IV e V; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alíneas g e i, art. 3º, Incisos XV e XVII, art. 65, e Anexo IV, Tabelas IV e VI. Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa: - Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea h; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas d, art. 3º, Inciso XII, e Anexo IV, Tabelas II; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea d, art. 3º, XII, art. 65, e Anexo IV, Tabela II. Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alíneas a e b. Salário-Família: - Geral: CF art. 7º, inciso XII; - Servidores Civis: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso I, alínea c, e art. 197; - Militares das Forças Armadas: Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea c; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea c, art. 65. Auxílio-reclusão: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso II, alínea c, e art. 229.

Descrição

Pagamento dos benefícios obrigatórios devidos aos servidores civis, militares, empregados e seus dependentes, que geralmente destinam-se a compensar, em parte, os gastos decorrentes da atividade laboral.

Por serem de natureza genérica e universal, tais benefícios, em geral, possuem paralelos na legislação trabalhista e previdenciária dos trabalhadores da iniciativa privada que desenvolvem funções semelhantes aos públicos.

A concessão de benefícios por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações que custeiam as respectivas bolsas de estágio.

Nesse sentido, são considerados benefícios obrigatórios os seguintes:



Ação Orçamentária - Padronizada da União

212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Auxílio-Alimentação - Concessão em caráter indenizatório do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais ativos e militares, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), sob forma de pecúnia, por meio de manutenção de refeitório ou, no caso das empresas estatais dependentes, do fornecimento de vale/cartão alimentação/refeição, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor civil, militar ou empregado;

Auxílio-Transporte - Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia ou vale-transporte na modalidade papel e ou bilhetagem eletrônica, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa;

Assistência Pré-Escolar - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores civis, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar;

Auxílio-Funeral - Benefício devido à família do servidor civil, militar ou de empregado público federal falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, cujo pagamento deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral;

Auxílio Natalidade - Benefício devido ao servidor civil, militar ou empregado público federal por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, ou no valor determinado pelo acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho e/ou dissídio coletivo de trabalho, inclusive no caso de natimorto;

Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Concessão do auxílio-fardamento aos militares da ativa, em pecúnia, para custear gastos com fardamento, conforme legislação em vigor;

Indenização de Representação no Exterior – IREx e Auxílio-Familiar no Exterior - Pagamento de Auxílio-Familiar e IREx a servidor Civil ou Militar em Serviço no Exterior, de que trata a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972;

Salário-Família – Benefício devido ao servidor, ativo ou inativo, por dependente econômico; e

Auxílio-reclusão – Benefício devido à família do servidor ativo, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão, ou em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.

Especificação do Produto

Ação de Insumo Estratégico Não **Regionalização na Execução** Sim

Beneficiário

Servidores civis, militares, empregados e seus dependentes.

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social Não

Plano Orçamentário

0000 - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados

Caracterização

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago em pecúnia ou por meio de prestação de serviço de creche no local de trabalho, a partir de requerimento, aos dependentes de servidores civis e empregados, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.

Unidade Medida Produto



Ação Orçamentária - Padronizada da União

212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Plano Orçamentário

0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos

Caracterização

Pagamento de auxílio-transporte de natureza indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, pago em forma de pecúnia, vale-transporte em papel ou bilhetagem eletrônica.

Unidade Medida

Produto

Plano Orçamentário

0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos

Caracterização

Concessão em caráter indenizatório do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, sob forma de pecúnia, por meio de manutenção de refeitório ou, no caso das empresas estatais dependentes, do fornecimento de vale/cartão alimentação/refeição, na proporção dos dias trabalhados.

Unidade Medida

Produto

Plano Orçamentário

0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

Caracterização

Concessão do auxílio-funeral devido à família do servidor civil ou empregado público federal falecido na atividade ou aposentado, bem como do auxílio natalidade, ao servidor civil ou empregado público federal, por motivo de nascimento de filho.

Unidade Medida

Produto

Plano Orçamentário

0080 - Concessão de Benefícios aos Servidores, Militares, Empregados e seus Dependentes - Reserva

Caracterização

Centralização de recursos orçamentários para o pagamento de despesas decorrentes da concessão de benefícios aos servidores civis, militares, empregados e seus dependentes. Trata-se de PO que visa tão somente a centralização de recursos orçamentários, para posterior transferência às diversas unidades orçamentárias do órgão, via crédito adicional, não se constituindo em PO para fins de execução orçamentária e financeira.

Unidade Medida

Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

Custo Total

Total Físico

Início do Localizador

Término do Localizador

Abrangência Geográfica

Região

Estado

Município

Região Centro-Oeste

Distrito Federal

Brasília



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

| | |
|----------------------------------|--|
| Momento da ação | Lei+Créditos |
| Programa | 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário |
| Objetivo | |
| Iniciativa | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça |
| Esfera | 10 - Orçamento Fiscal |
| Função | 02 - Judiciária |
| SubFunção | 122 - Administração Geral |
| Unidade Responsável | Superior Tribunal de Justiça |
| Tipo de ação | Atividade |
| Origem | PLOA |
| Produto | Agente público beneficiado |
| Unidade de Medida | unidade |

Base legal

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Resolução CNJ n. 274, de 18 de dezembro de 2018; Resolução STJ/GP n. 6, de 21 de março de 2023, e Instrução Normativa STJ/GP n. 12, de 21 de março de 2023.

Descrição

Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.

Especificação do Produto

Indenização destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas com aluguel de moradia, com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira ou empresa de intermediação de locação pela internet, sendo vedada a sua utilização para o custeio de despesas com condomínio, energia elétrica, gás, telefone, alimentação e bebidas, impostos e taxas e outras despesas relacionadas ao aluguel ou à hospedagem.

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Agentes públicos.

Tipo de implementação Direta

Implementação da Ação

O agente público beneficiado procede ao requerimento do auxílio e, constatado o direito do requerente, a área responsável realiza a homologação e pagamento.

Participação social Não

Plano Orçamentário

0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

AMMM - Ajuda de custo para moradia a magistrados e membros do Ministério Público - ativos

Caracterização

Ajuda de custo para moradia a magistrados e membros do Ministério Público ativos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.

Unidade Medida unidade Produto Agente público beneficiado



Ação Orçamentária - Padronizada Multissetorial

216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Plano Orçamentário

AMOA - Auxílio-moradia para outros agentes públicos - ativos

Caracterização

Auxílio-moradia a outros agentes públicos ativos, exclusive magistrados e membros do Ministério Público. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.

Unidade Medida unidade

Produto Agente público beneficiado

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

Custo Total

Total Físico

Início do Localizador

Término do Localizador

Abrangência Geográfica

Região

Estado

Município

Região Centro-Oeste

Distrito Federal

Brasília



4236 - Apreciação e Julgamento de Causas

Momento da ação Lei+Créditos
Programa 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário
Objetivo
Iniciativa
Unidade Orçamentária Responsável 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Esfera 10 - Orçamento Fiscal
Função 02 - Judiciária
SubFunção 061 - Ação Judiciária
Unidade Responsável Superior Tribunal de Justiça
Tipo de ação Atividade
Origem PLOA
Produto Processo julgado
Unidade de Medida unidade

Base legal

Constituição Federal, arts. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461/02; Resolução CNJ nº 232; e Resolução CNJ nº 85.

Descrição

Atendimento a todo cidadão que busca um pronunciamento judicante do órgão; apreciação de processos levados para julgamento do STJ por força de sua competência constitucional; julgamento dos processos distribuídos para os membros do STJ; elaboração de despachos, pareceres, decisões, sentenças e acórdãos, além dos demais atos jurisdicionais de competência do órgão, bem como garantia dos recursos para pagamento das despesas de natureza administrativa, tais como: despesas com serviços administrativos, com a manutenção e uso da frota veicular, com a manutenção e conservação de imóveis sob a responsabilidade do órgão, com capacitação de servidores, com comunicação institucional e com a manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática.

Especificação do Produto

Julgados pelos Magistrados

Ação de Insumo Estratégico Não Regionalização na Execução Sim

Beneficiário

Cidadão que busca um pronunciamento judicante do órgão

Tipo de implementação Direta

Implementação da Ação

Os procedimentos e instrumentos utilizados na implementação e execução da ação são os definidos em contratos, normas internas e leis. A ação visa dar suporte às atividades fim e meio do tribunal, incluindo o desenvolvimento, o suporte e a manutenção de sistemas de informação, bem como o aperfeiçoamento contínuo dos servidores e demais agentes vinculados ao órgão.

Participação social Não

Plano Orçamentário

0000 - Apreciação e Julgamento de Causas - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida Produto

Plano Orçamentário

0001 - Julgamento de Processos

Caracterização

Atendimento a todo cidadão que busca um pronunciamento judicante do órgão. Apreciação de processos levados para julgamento do STJ por força de sua competência constitucional.

Unidade Medida unidade Produto Processo julgado



4236 - Apreciação e Julgamento de Causas

Plano Orçamentário

0002 - Capacitação de Servidores

Caracterização

Oferecimento de ações educacionais para servidores destinadas a promover desenvolvimento de conhecimentos e habilidades técnicas, gerenciais e comportamentais que contribuam para os resultados institucionais, tais como cursos, palestras, congressos, oficinas, fóruns, debates, exposições. Como resultado, proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento das atribuições organizacionais, de modo a oferecer serviços qualificados e céleres aos usuários e também à sociedade.

Unidade Medida unidade

Produto Servidor capacitado

Plano Orçamentário

0006 - Gestão do Sistema Integrado de Informação

Caracterização

Desenvolvimento, suporte e manutenção de sistemas de informação; processamento de dados; aquisição de infra-estrutura, insumos e serviços de tecnologia da informação e de comunicações; fornecimento de serviços e informações para o Superior Tribunal de Justiça e para a sociedade.

Unidade Medida unidade

Produto Sistema gerido

Plano Orçamentário

0007 - Comunicação Institucional

Caracterização

Produção e divulgação, por meio da mídia em geral, de conteúdos informativos de comunicação, visando informar os públicos interno e externo sobre as atividades desenvolvidas pela instituição.

Unidade Medida unidade

Produto Conteúdo divulgado

Plano Orçamentário

SEG0 - Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário

Caracterização

Atendimento de despesas relacionadas à segurança da informação nas unidades do Poder Judiciário visando assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e de informações.

Unidade Medida unidade

Produto Ação desenvolvida

Plano Orçamentário

TISI - Capacitação de Servidores Efetivos e Comissionados das Unidades de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação do Poder Judiciário

Caracterização

Ações de capacitação para manter o nivelamento dos servidores efetivos e comissionados das unidades de tecnologia da informação e segurança da informação conforme os padrões mínimos divulgados pelo CNJ.

Unidade Medida unidade

Produto Ação desenvolvida

Localizador 0001 - Nacional

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|------------------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| Abrangência Geográfica | | | |
| Região | Estado | Município | |
| Nacional | - | - | |



Programa

0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

Momento do Programa **Análise de Vetos**

Problema

Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

Tipo de Programa **Operações Especiais**

Ação Orçamentária - Padronizada da União

00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012

| | | | |
|-------------------------------------|---|----------------------------|-----|
| Momento da ação | Lei+Créditos | | |
| Programa | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | |
| Objetivo | | | |
| Iniciativa | | | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça | | |
| Esfera | 10 - Orçamento Fiscal | | |
| Função | 28 - Encargos Especiais | | |
| SubFunção | 846 - Outros Encargos Especiais | | |
| Unidade Responsável | | | |
| Tipo de ação | Operações Especiais | | |
| Tipo de Operação Especial | Pagamento de aposentadorias e pensões. | | |
| Origem | PLOA | | |
| Item de Mensuração | | | |
| Unidade de Medida | | | |
| Base legal | Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º. | | |
| Descrição | Pagamento do Benefício Especial assegurado aos servidores públicos e membros que optaram pelo Regime de Previdência Complementar - RPC. | | |
| Especificação do Item de Mensuração | | | |
| Ação de Insumo Estratégico | Não | Regionalização na Execução | Sim |
| Beneficiário | | | |
| Tipo de implementação | | | |
| Implementação da Ação | | | |
| Participação social | Não | | |

Plano Orçamentário

0000 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012

Caracterização

Unidade Medida Produto

Localizador **5664 - Em Brasília - DF**

| | | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|
| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
| Abrangência Geográfica | | | |
| Região | Estado | Município | |
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília | |



Ação Orçamentária - Padronizada da União

00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012



Ação Orçamentária - Padronizada da União

0536 - Benefícios de Legislação Especial

| | |
|----------------------------------|---|
| Momento da ação | Lei+Créditos |
| Programa | 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais |
| Objetivo | |
| Iniciativa | |
| Unidade Orçamentária Responsável | 11101 - Superior Tribunal de Justiça |
| Esfera | 20 - Orçamento da Seguridade Social |
| Função | 28 - Encargos Especiais |
| SubFunção | 846 - Outros Encargos Especiais |
| Unidade Responsável | |
| Tipo de ação | Operações Especiais |
| Tipo de Operação Especial | Pagamento de indenizações, abonos, seguros, auxílios, benefícios previdenciários e de assistência social. |
| Origem | PLOA |
| Item de Mensuração | |
| Unidade de Medida | |

Base legal

Montepio Civil: Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890; Vítimas da Talidomida: Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993; Hemodiálise de Caruaru: Lei nº 9.422, de 1996; Césio 137: Lei nº 9.425, de 1996; Acidente de Alcântara: Lei 10.821, de 2003; Hanseníase: Lei nº 11.520, de 2007; Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970: Lei nº 12.663, de 2012; Indenização a Viúvas: Lei nº 1.593, de 1952, Lei nº 3.130, de 1957, Lei nº 5.598, de 1970; Pensão a dependentes de vítimas de acidentes: Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 9.599, de 1997; Veteranos da Revolução Acreana: Lei nº 3.951, de 1960; Indenização a dependentes de vítima em dependência da Polícia Federal: Lei nº 9.305, de 1996; Zika Vírus: Lei nº 13.985/2020; entre outras.

Descrição

Despesas com pensões especiais e benefícios de caráter indenizatório, em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais, cujo pagamento ocorre em parcelas mensais e recorrentes.

Especificação do Item de Mensuração

| | | | |
|----------------------------|-----|----------------------------|-----|
| Ação de Insumo Estratégico | Não | Regionalização na Execução | Sim |
|----------------------------|-----|----------------------------|-----|

Beneficiário

Beneficiário de pagamento de Benefícios de Legislação Especial

Tipo de implementação

Implementação da Ação

| | |
|---------------------|-----|
| Participação social | Não |
|---------------------|-----|

Plano Orçamentário

0000 - Benefícios de Legislação Especial - Despesas Diversas

Caracterização

| | |
|----------------|---------|
| Unidade Medida | Produto |
|----------------|---------|

Plano Orçamentário

0001 - Despesas com pensões especiais e benefícios de caráter indenizatório, em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais, cujo pagamento ocorre em parcelas mensais e recorrentes

Caracterização

Pagamentos de pensões especiais e benefícios de caráter indenizatório, não relacionados nos planos orçamentários 0002 e 0003.

| | |
|----------------|---------|
| Unidade Medida | Produto |
|----------------|---------|



Ação Orçamentária - Padronizada da União

0536 - Benefícios de Legislação Especial

Plano Orçamentário

0002 - Montepio Civil

Caracterização

Pagamento de pensão mensal, a título de Montepio Civil, em pecúnia, aos beneficiários abrangidos pela legislação específica, classificada no Grupo de Natureza de Despesa – "GND 3 – Outras Despesas Correntes", destinado a prover a subsistência e amparar o futuro das famílias dos Auditores do Tribunal de Contas da União, de Conselheiros, Auditores e Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de Ministros e Juizes Auditores do Superior Tribunal Militar, de Magistrados Federais, podendo também incluir Ministros do Supremo Tribunal Federal, mediante previdência complementar, de renda mensal vitalícia.

Unidade Medida

Produto

Plano Orçamentário

0003 - Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio Civil

Caracterização

Restituição devida pela União relativa a valores que lhe foram entregues a título de jóias e contribuição para o Montepio, por instituidores cujos beneficiários não gozarão dessa pensão, consoante orientações constantes do Parecer PGFN/CAF Nº 2490/2012, de 22 de novembro de 2012.

Unidade Medida

Produto

Localizador 5664 - Em Brasília - DF

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| Abrangência Geográfica | | | |
| Região | Estado | Município | |
| Região Centro-Oeste | Distrito Federal | Brasília | |



Programa

0999 - Reserva de Contingência

Momento do Programa **Análise de Vetos**

Problema

Reserva de Contingência

Tipo de Programa **Operações Especiais**

Ação Orçamentária - Padronizada da União

0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira

Momento da ação **Lei+Créditos**
 Programa **0999 - Reserva de Contingência**
 Objetivo
 Iniciativa
 Unidade Orçamentária Responsável **11101 - Superior Tribunal de Justiça**
 Esfera **10 - Orçamento Fiscal**
 Função **99 - Reserva de Contingência**
 SubFunção **999 - Reserva de Contingência**
 Unidade Responsável
 Tipo de ação **Reserva de Contingência**
 Origem **PLOA**
 Item de Mensuração
 Unidade de Medida
 Base legal

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.

Descrição

Reserva global proveniente de recursos não vinculados especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual, ou de recursos próprios e vinculados a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, inclusive doações e convênios.

Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico **Não** Regionalização na Execução **Sim**

Beneficiário

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social **Não**

Plano Orçamentário

0000 - Reserva de Contingência - Financeira - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida **Produto**

Plano Orçamentário

0001 - CPSS decorrente do atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal - Concursos e Provimientos - Financeira

Caracterização

Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal - Concursos e Provimientos

Unidade Medida **Produto**



Ação Orçamentária - Padronizada da União

0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira

Plano Orçamentário

0008 - CPSS decorrente do atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal - Reajustes e Reestruturação de Carreiras - Financeira

Caracterização

Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal.

Unidade Medida

Produto

Localizador 6499 - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos

Custo Total

Total Físico

Início do Localizador

Término do Localizador

Abrangência Geográfica

Região

Estado

Município

Nacional

-

-



Ação Orçamentária - Padronizada da União

0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária

Momento da ação **Lei+Créditos**
Programa **0999 - Reserva de Contingência**
Objetivo
Iniciativa
Unidade Orçamentária Responsável **11101 - Superior Tribunal de Justiça**
Esfera **10 - Orçamento Fiscal**
Função **99 - Reserva de Contingência**
SubFunção **999 - Reserva de Contingência**
Unidade Responsável
Tipo de ação **Reserva de Contingência**
Origem **PLOA**

Item de Mensuração

Unidade de Medida

Base legal

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea "b"; e LDO de cada exercício.

Descrição

Reserva global de recursos, não vinculada especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual.

Especificação do Item de Mensuração

Ação de Insumo Estratégico **Não** Regionalização na Execução **Sim**

Beneficiário

Tipo de implementação

Implementação da Ação

Participação social **Não**

Plano Orçamentário

0000 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida **Produto**

Plano Orçamentário

0001 - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, Anexo V da LOA - Concursos e Provimentos - Primária

Caracterização

Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, Anexo V da LOA - Concursos e Provimentos - Primária

Unidade Medida **Produto**

Plano Orçamentário

0008 - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, Anexo V da LOA - Reajustes e Reestruturação de Carreiras - Primária

Caracterização

Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, Anexo V da LOA - Reajustes e Reestruturação de Carreiras - Primária

Unidade Medida **Produto**



Ação Orçamentária - Padronizada da União

0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária

Localizador **6499 - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos**

| Custo Total | Total Físico | Início do Localizador | Término do Localizador |
|------------------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| Abrangência Geográfica | | | |
| Região | Estado | Município | |
| Nacional | - | - | |